

DEPUTADOS ADVERTEM

Só medidas duras agora podem evitar hiperinflação

Mas condicionam sucesso à credibilidade do Governo

Marizete Mundim

O País caminha inevitavelmente para a hiperinflação e o governo perdeu totalmente o controle sobre a economia. Esta é a avaliação que faz hoje a maioria dos deputados que entendem do assunto no Congresso Nacional. Eles apostam que ainda em setembro a equipe econômica será obrigada a tomar medidas duras para evitar o desgoverno total e duvidam que elas surtam efeito por constatarem que a perda de credibilidade no governo foi enorme, nos últimos meses.

Apesar das diferenças de posicionamento político, parlamentares como Aloizio Mercadante (PT-SP), Roberto Campos (PDS-RJ), Francisco Dornelles (PFL-RJ) condenam severamente a política de juros elevados prolongados. Mercadante à considera “uma levandade, que promove negócios mais rentáveis do que os de Jabes Rabello” (acusado de pertencer à máfia dos traficantes de drogas) e diz que os juros altos estão desorganizando a produção.

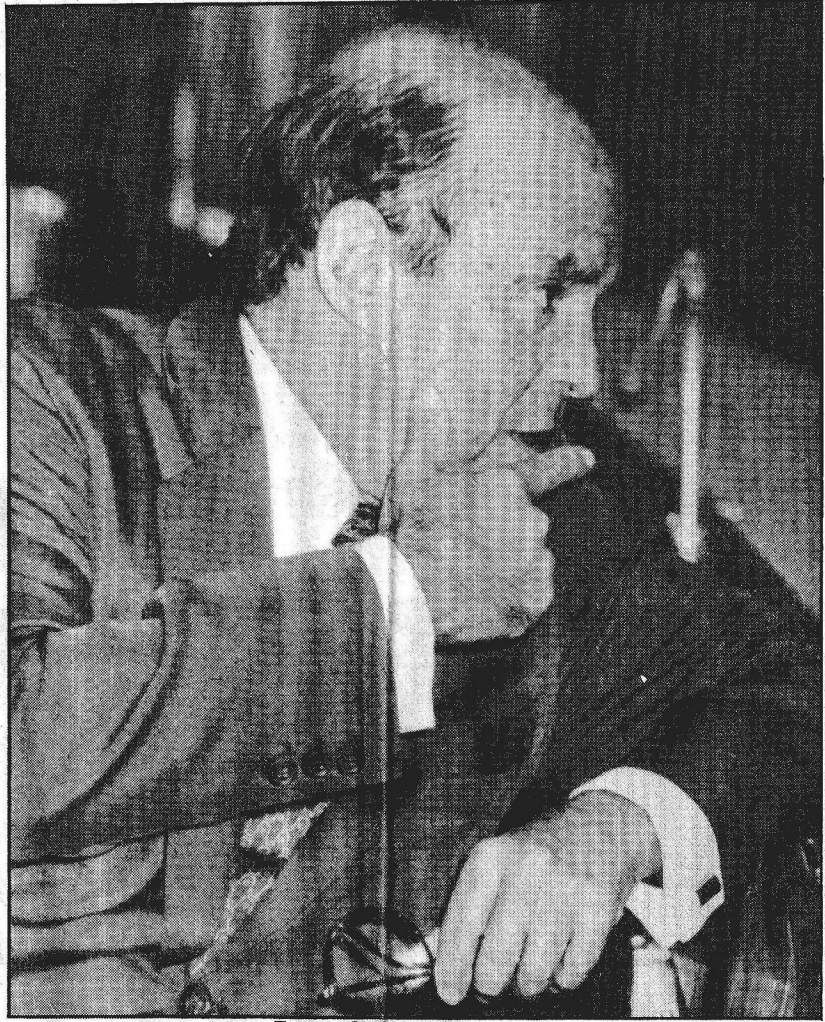
Pertencentes às correntes mais conservadoras, Roberto Campos e Dornelles admitem que uma política monetária apertada, com juros elevados prolongados, depois de um certo tempo, ao invés de cortar demanda acaba prejudicando a produção. Os dois acham que os juros podem tornar-se inflacionários quando não são acompanhados de um programa fiscal duro — o que já estaria acontecendo.

Da mesma forma, Delfim Netto (PDS-SP), outro eminente representante do pensamento econômico conservador no Congresso, ironiza: “Para afogar o rei, 2 metros é suficiente”. Ele também acha que os juros altos estão cortando a oferta além da demanda e diagnostica: “Quando se corta a produção está se promovendo a aceleração inflacionária e aprofundando a recessão com a consequente demissão de pessoal”.

De direita, centro ou esquerda, os deputados economistas tecem críticas parecidas à estratégia de combate à inflação do governo. Todos consideram a crise gravíssima e urgente a necessidade de enfrentá-la. O líder do PSDB, José Serra (SP), resume: “O Estado brasileiro está concordatário, não tem dinheiro para investir e há dois anos estamos estagnados”. Se este quadro não for imediatamente revertido, em perspectivas são as piores possíveis.

Para Serra, a reversão depende de um amplo entendimento nacional, que seria de crucial importância para superar a crise econômica. Como ele pensam também César Maia e Dornelles. Mas Delfim, Roberto Campos e Aloizio Mercadante são céticos quanto ao entendimento. Para Campos, a bandeira do entendimento é “extremamente vaga” e sua concretização muito difícil porque “os interesses são demasiado conflitantes”.

O caminho para esse entendimento, entretanto, ainda não é conhecido. Há quem aposte na iminente troca da equipe econômica, como ponto de partida para a pacificação — como o deputado Aloizio Mercadante. Há quem considere este ponto desimportante — formam nesta linha César Maia, Dornelles e José Serra. Todos, entretanto, acham fundamental estabelecer pontos prioritários de discussão e revisão da trajetória econômica do País, como peças fundamentais da reorganização da economia nacional e da estabilização econômica. Maia e Mercadante apostam no anúncio de novo pacote ainda este mês.



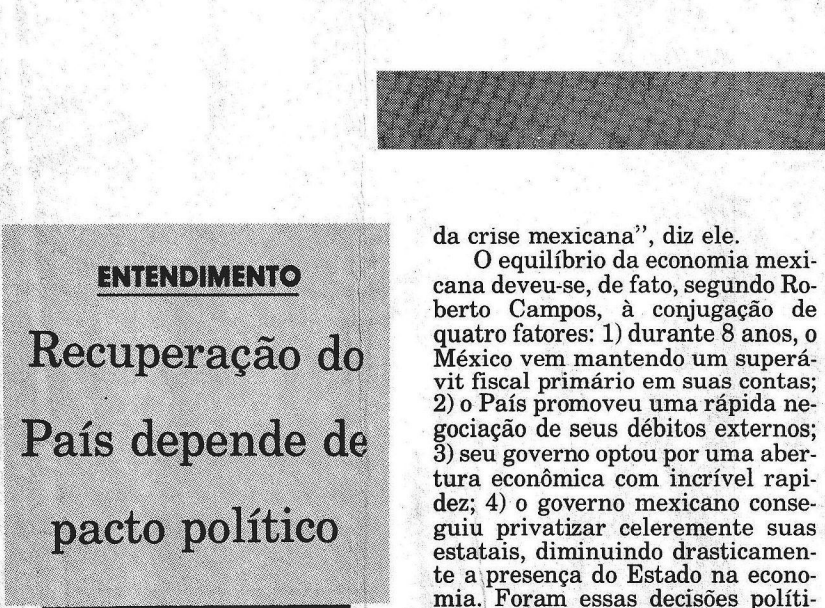
Francisco Dornelles

“Medidas do Emendão não resolvem a crise fiscal”



José Serra

“Estado não tem dinheiro. Ele está concordatário”



da crise mexicana”, diz ele.

O equilíbrio da economia mexicana deve-se, de fato, segundo Roberto Campos, à conjugação de quatro fatores: 1) durante 8 anos, o México vem mantendo um superávit fiscal primário em suas contas; 2) o País promoveu uma rápida negociação de seus débitos externos; 3) seu governo optou por uma abertura econômica com incrível rapidez; 4) o governo mexicano conseguiu privatizar celeremente suas estatais, diminuindo drasticamente a presença do Estado na economia. Foram essas decisões políticas, no entender do deputado, que deram ao México a atual estabilidade econômica.

Já o deputado José Serra, líder de um partido que inicia uma aproximação com o governo, o PSDB, acredita que o entendimento “é fundamental” para superar o desgoverno na economia. Para ele, a crise se traduz “no galope da inflação e na estagnação da produção e a questão hoje é tanto técnica, mas de natureza política”.

Serra identifica na falta de austeridade fiscal um dos principais entraves ao bom funcionamento da economia e acredita que a superação deste obstáculo só será feita através de um amplo entendimento político.

Até porque, os focos de resistência à uma maior austeridade fiscal casalam-se, não só pela oposição, mas também dentro dos próprios partidos de apoio ao governo. Segundo ele, “os países que tiveram inflação alta, como Israel, tiveram que passar por esse tipo de entendimento, que não significou uma descaracterização das posições”.

Aluizio Mercadante pensa diferente. Considera a crise não apenas político-econômica, mas também moral e ética. Acha que o entendimento que se delineia envolve apenas o governo e o PSDB, e acreditada a superação da crise passa, originariamente, pela revisão dos rumos da política econômica e pelo troca da equipe dirigente da economia. “Acho que Collor se reconciliou com dona Rosane, mas o divórcio do povo com ele aumenta a cada dia”, resumiu.



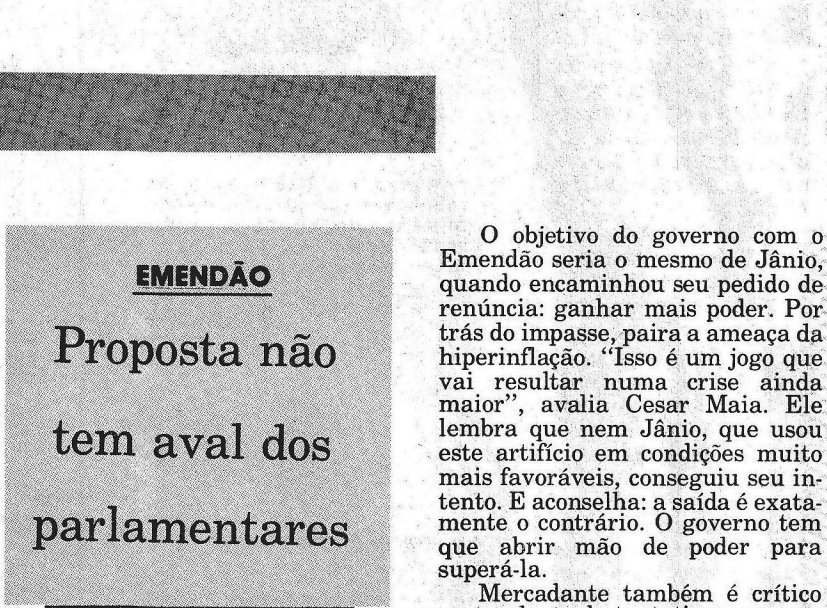
Cesar Maia

“Saída para a crise é o governo abrir mão de poder”



Roberto Campos

“Municípios vão ficar com os seus bens indisponíveis”



O Emendão seria o mesmo de Jânio, quando encaminhou seu pedido de renúncia para ganhar mais poder. Por trás do impasse, paira a ameaça da hiperinflação. “Isso é um jogo que vai resultar numa crise ainda maior”, avalia César Maia. Ele lembra que nem Jânio, que usou este artifício em condições muito mais favoráveis, conseguiu seu intento. E aconselha: a saída é exatamente o contrário. O governo tem que abrir mão de poder para superá-la.

Mercadante também é crítico contudente da tentativa governamental de mudar a Constituição. O deputado lembra que “o mais importante numa Constituição é sua estabilidade” e avalia: “Fazer uma revisão atabalhoada, apressada e superficial só vai contribuir para agravar a instabilidade política e econômica do País”. De qualquer forma, ele está convencido de que o Governo não terá base parlamentar para aprovar o Emendão e aposta: “Não existe possibilidade de derrubar a inflação com emendas Constitucionais, nem aqui, nem na China”.

Dornelles, apesar da enorme distância ideológica que o separa de Mercadante, concorda com ele, em parte. “O emendão não resolverá a crise fiscal do País”, admite ele, e reconhece que “grande parte das medidas não terão efeito no curto prazo”, aconselhando: “O mais importante, é de estabelecer prioridades”.

Roberto Campos acha que o Emendão tem mais erros do que acertos. “As propostas, infelizmente, não contém nada sobre reforma fiscal. Limitam-se a restrições de transferências de arrecadação e a sanções, como a violação do sigilo bancário, que certamente provocará a fuga de capitais; e à indisponibilidade de bens, ameaça que colocará em risco a integridade das estatais e dos governos municipais”.

A ideia de que o Emendão faria o papel do “bode” na estratégia do governo de ganhar mais poder, prevalece. Os parlamentares concordam em que alguns pontos da proposta governamental são de difícil negociação. A questão da estabilidade do funcionalismo público, por exemplo, é polêmica; trata-se de discutir um direito adquirido.



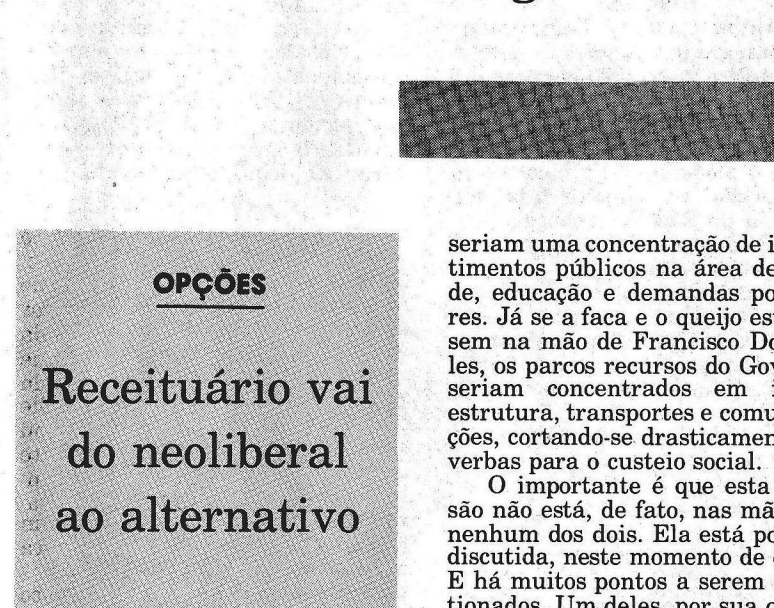
Delfim Netto

“Juro alto inviabilizará rolagem de dívida estadual”



Osório Adriano

“Propostas do Emendão são balão de ensaio do governo”



seriam uma concentração de investimentos públicos na área de saúde, educação e demandas populares. Já se a faca e o queijo estiverem na mão de Francisco Dornelles, os parques recuros do Governo seriam concentrados em infraestrutura, transportes e comunicações, cortando-se drasticamente as verbas para o custeio social.

O importante é que esta decisão não está, de fato, nas mãos de nenhum dos dois. Ela está por ser discutida, neste momento de crise. E há muitos pontos a serem questionados. Um deles, por sua obviedade, é iminente: a discussão sobre a prioridade que deve ser dada à agricultura.

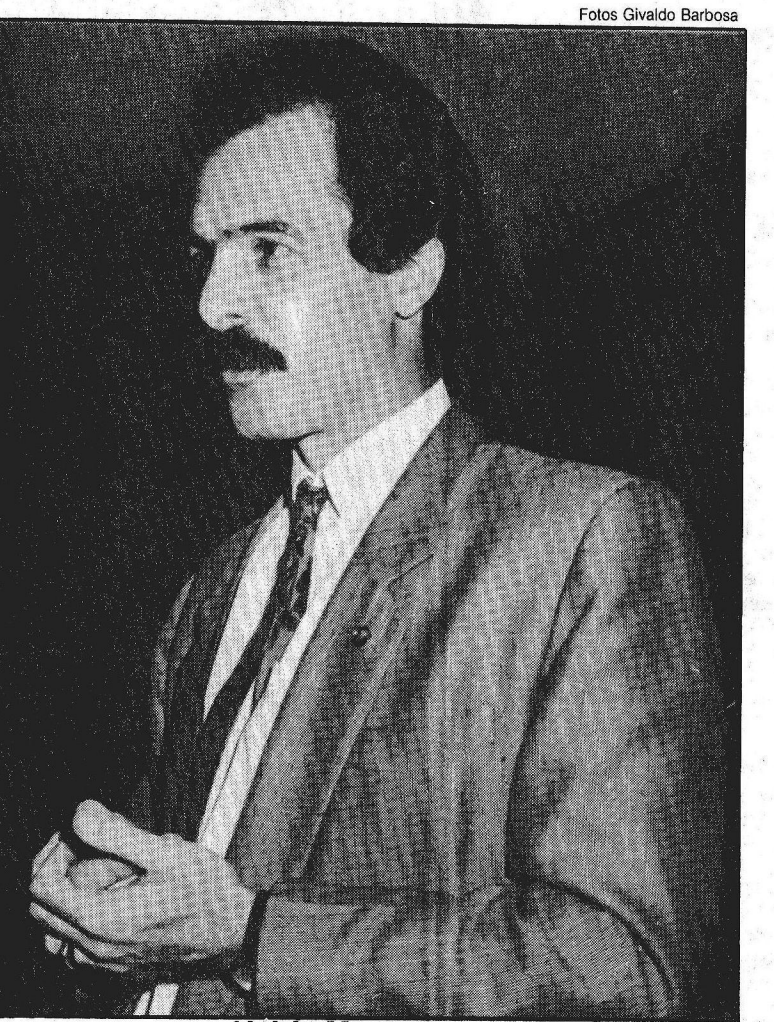
A safra perdeu 7 milhões de toneladas de grãos nos últimos dois anos devido ao abandono da política oficial. O PT, através de Mercadante, considera a volta do estímulo à agricultura um ponto fundamental para a recuperação do desenvolvimento econômico do País.

Outro ponto que soma consenso das várias correntes políticas é a necessidade de promover uma abertura na economia brasileira. As correntes mais à esquerda defendem uma abertura gradual e criteriosa. Aquelas mais conservadoras, defendem a abertura mais rápida e efetiva. De qualquer forma, as diferenças são de dosagem, não de remédios.

Para Roberto Campos, por exemplo, a abertura comercial está muito lenta — enquanto o México atua com uma tarifa média de 8,9%; o Chile com 11,5% e a Bolívia com 11,5%, o Brasil impõe uma tarifa média de 40% nas suas importações, com perspectivas de reduzi-la para 20% em dois anos.

Já para Mercadante ou Dornelles, o ritmo da redução do Imposto de Importação deve ser compatível com o aumento de eficiência da indústria nacional. Segundo Dornelles, o ritmo ideal é aquele que não expõe a indústria nacional ao sucateamento e as obriga a aumentar sua competitividade. Para Mercadante, essa abertura delineia a atuação que caracteriza o atual Governo: “Demolir o que existe sem reconstruir nada em substituição”.

Para Roberto Campos, a mera ampliação da cobrança de impostos e na penalização dos fraudulentos. Segundo ele, a abertura comercial é a simplificação da cobrança de impostos e na penalização dos fraudulentos. Segundo ele, a abertura comercial é a simplificação da cobrança de impostos e na penalização dos fraudulentos.



Aloizio Mercadante

“Collor selou paz com dona Rosane mas não com o povo”



Paulo Octávio

“Crise é mais produto da oposição que da realidade”



No tiroteio que se pratica no Congresso, hoje, a trincheira de defesa do governo Collor é comandada, sobretudo, por seus amigos no Congresso: os deputados Paulo Octávio Pereira (PRN-DF) e Osório Adriano (PFL-DF). Os dois minimizam a crise econômica e não consideram a oposição do que é recomendável, terá efeito inflacionário e desastroso na produção. O único que a defendeu como correta, do ponto de vista da política monetária, o deputado Cesar Maia, acabou admitindo que seu efeito foi nefasto, diante da falta de credibilidade do governo.

Para Maia, a manutenção de taxas de juros elevadíssimas tinha uma lógica intrínseca com a estratégia de enxugamento da liquidez. “É uma medida racional, dentro da política de juros elevados, para pouca liquidez, mas não deu certo, devido à falta de credibilidade do governo”, admite ele.

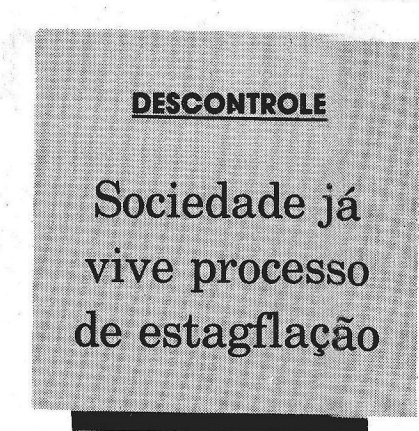
Na sua opinião, está é um dos sinais mais significativos de que a crise é mais produto da oposição que da realidade.

Amigos lideram defesa a Collor

Apesar desta crítica bem comportada — afinal os dois são empresários — Osório e Paulo Octávio acham que a crise é muito mais produto da oposição do que de fatores reais. Para Paulo Octávio, a crise não é consequência do governo Collor, mas herança de seus antecessores. “Mal ou bem”, segundo ele, “a inflação, que era de mais de 80% no governo Sarney, ainda não chegou aos 20% mensais, o que é uma vitória”.

Já para Osório Adriano, as dificuldades de percurso existiram desde o início da administração de Collor. Ele acredita que as propostas de emendas constitucionais encaminhadas por Collor ao Congresso constituem “num balão de ensaio para iniciar as discussões”. A questão do fim da estabilidade dos funcionários públicos, por exemplo, é considerada pelo amigo do Presidente como difícil de ser digerida pelos parlamentares.

Os dois amigos do Presidente não acreditam na eventualidade de o Governo vir a baixar novo pacote econômico. Para Osório “essa história de pacote já caiu de moda, além de ninguém mais acreditar neles”. Já Paulo Octávio assegura que não será trecoando o ministro da Economia que a crise será superada: “Marcelino Marques Moreira”, diz ele, “é notável”.



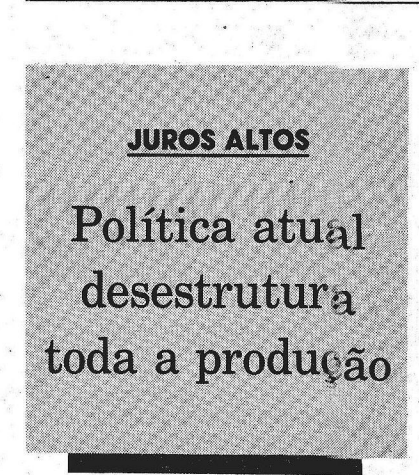
Descontrole

Sociedade já vive processo de estagnação

Em um ponto há consenso: a crise é gravíssima. O dissenso fica em torno de detalhes, ou seja, se já se configura a hiperinflação, a estagnação ou se o País está a dois passos dessas situações catastróficas. Para César Maia e Roberto Campos, a estagnação já é uma realidade. José Serra e Aloizio Mercadante dizem que o cenário já incorpora todos os elementos que materializam o drama e Dornelles prefere minimizar as expectativas, citando José Maria de Belo, autor do livro A história da República, que defende a tese de que um País em crescimento vive, permanentemente, em crise.

Roberto Campos garante: “Já estamos na estagnação (que conjuga hiperinflação com estagnação da produção). Minha esperança é de que a aceleração da inflação seja relativamente lenta para dar tempo para a sociedade fazer medidas emergenciais”. César Maia também é incisivo. Para ele, o que caracteriza a estagnação é “a incapacidade completa de fazer juízo de valor econômico. De discernir o que é caro do que é barato e isso já aconteceu: não existe mais uma estrutura, de preços relativos para balisar”.

Mercadante, por sua vez, é mais acadêmico na definição teórica da crise.



Juros altos

Política atual destrutiva toda a produção

O governo Collor saiu de uma posição hereditária para o outro extremo, desde que a equipe de Zélia Cardoso de Mello deixou o poder a partir de então, os economistas de plantão têm centrado sua política de combate à inflação, basicamente, no arrocho monetário, pivô do pela manutenção das elevadíssimas taxas de juros. Essa estratégia foi fulminada pelos parlamentares que entendem e discutem a política econômica no Congresso.

A maioria deles considerou a estratégia ineficiente, se não for acompanhada de um choque fiscal. E acredita que se for mantida por um período mais longo do que o recomendável, terá efeito inflacionário e desastroso na produção. O único que a defendeu como correta, do ponto de vista da política monetária, o deputado Cesar Maia, acabou admitindo que seu efeito foi nefasto, diante da falta de credibilidade do governo.

Para Maia, a manutenção de taxas de juros elevadíssimas tinha uma lógica intrínseca com a estratégia de enxugamento da liquidez. “É uma medida racional, dentro da política de juros elevados, para pouca liquidez, mas não deu certo, devido à falta de credibilidade do governo”, admite ele.

Na sua opinião, está é um dos sinais mais significativos de que a crise é mais produto da oposição que da realidade.



Setembro

Mês vai exigir novos caminhos para a economia

Solução complicada

O deputado César Maia enxerga o mês de setembro como um divisor de águas no governo. Para ele, agora, a inflação está acelerada e o próximo dia 16 será um marco. A liberação dos cruzados bloqueados, a redução das taxas de juros, a abertura de crédito, a redução imprevista sobre a expansão da base monetária. Na sua opinião, esses dinheiro liberado fluirá para a compra de dólares, a evasão de divisas e o crescimento do mercado imobiliário.

Francisco Dornelles tem o mesmo temor, considerando a liberação dos cruzados e a aprovação do novo programa de crédito, a redução da Previdência Social pelo Congresso capazes de provocar em setembro um surto inflacionário difícil de resolver. A situação da Previdência Social, segundo ele, requer “um mergulho profundo”, para revelar a extrema situação de descontrolado do setor.

O deputado do PFL compara a situação atual de controle financeiro da Previdência “a uma mistura de caixa preta, com clandestinidade”, onde é muito tênue a fronteira entre o honesto e a desobrida corrupção. Resolver esta questão, segundo Dornelles, é ponto primordial para rever o posicionamento do Estado na economia.

Para os deputados, a oposição defendem, de início, uma discussão que extrapole a necessidade de superar a crise e se concentre no desenvolvimento econômico. Aloizio Mercadante, por exemplo, quer “um ano de discussão apenas a superação da crise. Agora é necessário algo mais. O que queremos, diz Mercadante, é que além da superação da crise, haja um planejamento para voltar a crescer. Como economista do PT, Dornelles Maia Campos e os demais consideram a discussão da retomada do crescimento fundamental neste momento crítico.